

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2022

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022

Ao **terceiro** dia do mês de **agosto** de **2022**, o Município de Lajes/RN, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede no Palácio Alzira Soriano, Rua Ramiro Pereira da Silva, nº 17 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº **08.113.466/0001-05**, neste ato representado pelo Sr. Prefeito **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**; através da Secretaria Municipal de Saúde. Nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02, do Decreto Municipal n.º 101/2013, do Decreto federal nº 7.892/13, do Decreto Federal nº 3.555/00; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 030/2022**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS propostos pela empresa **BANDEIRANTES LAB PROD FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA - (LABAND)**, inscrita no CNPJ sob nº **70.027.479/0001-35**, estabelecida a Rua Cel. Silvino Bezerra, nº 1423, Lagoa Seca, Natal/RN - CEP: 59.031-140, sendo representada pelo Sr. DENNIS DE PAIVA PESSOA, inscrito no CPF nº 057.057.534-62 e RG nº 1741753 - ITEP/RN, em face de sua classificação para fornecimento dos itens conforme discriminação constante do Termo de Referência (Anexo I), que passa a fazer parte integrante desta, devendo esse preço ser obrigatoriamente praticado pelos demais concorrentes do certame, na ordem de sua classificação, para eventual contratação:

1. DO OBJETO.

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DESTA MUNICÍPIO QUE NECESSITA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA	THEOTO	120	PCT	R\$ 4,47
2	ÁGUA BIDESTILADA - 10 ML	FARMACE	6000	UND	R\$ 0,44
3	ÁGUA DESTILADA 5 L	SANAFARMA	1200	GAL	R\$ 8,08
5	AGULHA DESCARTÁVEL 13 X 0,45	SOLIDOR	60	CXA	R\$ 7,74
6	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 0,60	SOLIDOR	60	CXA	R\$ 7,74
7	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 0,70	SOLIDOR	60	CXA	R\$ 7,74
8	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 0,80	SOLIDOR	60	CXA	R\$ 7,74
9	AGULHA DESCARTÁVEL 30 X 0,80	SOLIDOR	60	CXA	R\$ 7,74
10	AGULHA PARA CANETA DE INSULINA 4 MM C/100	MEDLEVENSOHN	240	CXA	R\$ 22,13
11	ÁLCOOL 70% 1L	JALLES	1440	LTR	R\$ 6,19
13	ALCOOL GEL - 1L	JALLES	600	FRA	R\$ 12,16
14	ALGODÃO EM ROLO 500 G	NATHY	1200	UND	R\$ 10,77
17	ATADURA EM CREPOM 10 CM C/12	ANÁPOLIS	2400	PCT	R\$ 2,75
18	ATADURA EM CREPOM 12 CM C/12	ANÁPOLIS	2400	PCT	R\$ 3,29
19	CAIXA PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 13L	DESCARBOX	1200	UND	R\$ 4,54
20	CAIXA PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 20L	DESCARBOX	1200	UND	R\$ 6,64
21	CAIXA PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE 7L	DESCARBOX	1200	UND	R\$ 3,85
22	CAPOTE OU AVENTAL MANGA LONGA DESCARTÁVEL EM TNT COM PUNHO DE ELÁSTICO E VIÉS NA GOLA GRAMATURA 40 C/10	DESCTEXTIL	2400	PCT	R\$ 18,62
23	CATÉTER IV - JELCO 14	SOLIDOR	1200	UND	R\$ 0,69
24	CATÉTER IV - JELCO 16	SOLIDOR	1200	UND	R\$ 0,67
25	CATÉTER IV - JELCO 18	SOLIDOR	1200	UND	R\$ 0,67
26	CATÉTER IV - JELCO 20	SOLIDOR	1200	UND	R\$ 0,67
27	CATÉTER IV - JELCO 22	SOLIDOR	1200	UND	R\$ 0,67
28	CATÉTER IV - JELCO 24	SOLIDOR	1200	UND	R\$ 0,67
30	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1L	VICPHARMA	60	UND	R\$ 17,99
32	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO	MARKMED	1200	UND	R\$ 0,43
35	COMPRESSA CIRÚRGICA DE CAMPO OPERATÓRIO	ANAPOLIS	600	PCT	R\$ 36,59
37	DISPOSITIVO INTRAVENOSO (SCALP) Nº 19 C/100	SOLIDOR	120	CXA	R\$ 21,80
38	DISPOSITIVO INTRAVENOSO (SCALP) Nº 21 C/100	SOLIDOR	120	CXA	R\$ 21,80
39	DISPOSITIVO INTRAVENOSO (SCALP) Nº 23 C/100	SOLIDOR	120	CXA	R\$ 21,80
40	DISPOSITIVO INTRAVENOSO (SCALP) Nº 25 C/100	SOLIDOR	120	CXA	R\$ 21,80
41	DISPOSITIVO INTRAVENOSO (SCALP) Nº 27 C/100	SOLIDOR	120	CXA	R\$ 21,80
42	EQUIPO MACROGOTAS	MEDIX	1200	UND	R\$ 1,12
43	ESCOVA CERVIVAL C/100	KOLPLAST	120	PCT	R\$ 25,70
44	ESPARADRAPO HIPOALERGENICO - MICROPORE 10CM X 4,5M	CIEX	1200	UND	R\$ 8,27
45	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10CM X 4,5M	CIEX	1200	UND	R\$ 8,57
46	ESPATULA DE AYRE C/100	THEOTO	120	PCT	R\$ 6,95
49	FIO NYLON C/ AGULHA 2.0 C/24	DONNATI	60	CXA	R\$ 41,66
50	FIO NYLON C/ AGULHA 3.0 C/24	DONNATI	60	CXA	R\$ 42,51
51	FIO NYLON C/ AGULHA 4.0 C/24	DONNATI	60	CXA	R\$ 36,19
52	FIO NYLON C/ AGULHA 5.0 C/24	DONNATI	60	CXA	R\$ 36,19
53	FITA P/ GLICEMIA "ON CALL PLUS" C/50	ON CALL	2400	CXA	R\$ 22,57
54	FITA PARA AUTOCLAVE	CIEX	1200	UND	R\$ 3,36
57	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO 91 X 50	DESCTEXTIL	2400	PCT	R\$ 16,32
60	LÂMINA EXTREMIDADE FOSCA C/50	LABORIMPORT	300	CXA	R\$ 5,70
62	LANCETAS P/ PERFURAÇÃO C/100	MEDLEVENSOHN	1200	CXA	R\$ 4,56
63	LUVA CIRÚRGICA N.º7,0	LENGRUBER	1200	PAR	R\$ 1,18
64	LUVA CIRÚRGICA N.º7,5	LENGRUBER	1200	PAR	R\$ 1,18
65	LUVA CIRÚRGICA N.º8,0	LENGRUBER	1200	PAR	R\$ 1,18
66	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/100	LENGRUBER	1200	CXA	R\$ 13,79
67	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/100	LENGRUBER	1200	CXA	R\$ 13,79
68	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/100	LENGRUBER	1200	CXA	R\$ 13,79
69	LUVA DE PROCEDIMENTO PP C/100	LENGRUBER	600	CXA	R\$ 13,79
70	LUVA NITRILICA G SEM PÓ C/100	MEDIX	600	CXA	R\$ 13,79
71	LUVA NITRILICA M SEM PÓ C/100	MEDIX	600	CXA	R\$ 13,10
72	LUVA NITRILICA P SEM PÓ C/100	MEDIX	600	CXA	R\$ 13,10
73	LUVA NITRILICA PP SEM PÓ C/100	MEDIX	600	CXA	R\$ 13,10
74	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL C/50	MEDIX	2400	CXA	R\$ 4,39
76	ÓLEO DE GIRASSOL 200ML	TROL	600	UND	R\$ 4,78
77	PAPEL GRAU CIRUGICO 10 CM X 100 M	CIEX	600	UND	R\$ 37,00
78	PAPEL GRAU CIRUGICO 15 CM X 100 M	CIEX	600	UND	R\$ 57,00
79	PAPEL GRAU CIRUGICO 20 CM X 100 M	CIEX	600	UND	R\$ 76,00
80	PAPEL GRAU CIRUGICO 25 CM X 100 M	CIEX	600	UND	R\$ 94,00

81	PAPEL GRAU CIRUGICO 30 CM X 100 M	CIEX	600	UND	R\$ 89,00
84	PVPI 1% DEGERMANTE	FARMAX	60	UND	R\$ 36,48
86	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 100L	RAVA	3600	UND	R\$ 0,35
87	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 20L	RAVA	3600	UND	R\$ 0,26
89	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 50L	RAVA	3600	UND	R\$ 0,19
90	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML C/AGULHA	SR	60000	UND	R\$ 0,42
91	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML C/AGULHA	SR	60000	UND	R\$ 0,59
92	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML C/AGULHA	SR	60000	UND	R\$ 0,19
93	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML C/AGULHA	SR	60000	UND	R\$ 0,24
95	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% - 250ML	EQUIPLEX	60000	UND	R\$ 6,17
96	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% - 500ML	FRESENIUS	30000	UND	R\$ 7,36
97	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 08	TOPMED	300	UND	R\$ 4,20
98	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 10	TOPMED	300	UND	R\$ 4,50
101	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 16	TOPMED	300	UND	R\$ 2,99
102	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	TOPMED	300	UND	R\$ 2,99
103	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 20	TOPMED	300	UND	R\$ 2,99
104	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 22	TOPMED	300	UND	R\$ 2,99
105	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 24	TOPMED	300	UND	R\$ 3,20
109	SONDA NASOGASTRICA Nº 16	MARKMED	600	UND	R\$ 1,09
110	SONDA NASOGASTRICA Nº 18	MARKMED	600	UND	R\$ 1,13
111	SONDA NASOGASTRICA Nº 20	MARKMED	600	UND	R\$ 1,17
112	SONDA NASOGASTRICA Nº 22	MARKMED	600	UND	R\$ 1,22
113	SONDA NASOGASTRICA Nº 24	MARKMED	600	UND	R\$ 1,26
122	SONDA URETRAL N.º 22	MARKMED	600	UND	R\$ 1,17
123	SONDA URETRAL N.º 24	MARKMED	600	UND	R\$ 1,22
124	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADO	ANAPOLIS	1200	PCT	R\$ 6,85
125	VASELINA LÍQUIDA	VICPHARMA	120	UND	R\$ 47,50

3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Os produtos serão entregues conforme solicitação do responsável, localizado na Rua Monsenhor Vicente de Paulo, nº 660 - Centro, neste Município, em dias úteis, no horário de 08h00 às 12h00.

3.2. O Gestor de Contrato, servidor da SMS, será responsável para verificar a entrega do objeto, conforme Termo de Referência, assim como atestar o recebimento.

3.3. O frete e a descarga ficarão a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

3.4. O servidor responsável pelo recebimento poderá solicitar a substituição do produto por outro, em caso de defeito, inadequação ou falsidade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil.

4. DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de emissão de Ordem de Compra e/ou Nota de Empenho.

4.2. 2.2.O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, correção e segurança do objeto do contrato..

1.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo

com a forma convencionada;

5.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações contratuais, dentro das condições pactuadas;

5.3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do presente instrumento de contrato, fixando o prazo para sua correção;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no edital/termo de referência, bem como cumprir o prazo de entrega, estipulado neste termo de referência, e as quantidades constantes na ordem de compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida no contrato;

6.2. Os materiais deverão ser entregues em caixas lacradas/plásticos quando necessários, contendo a quantidade e código.

6.3. Comunicar, antecipadamente, a data e horário da entrega. Não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste instrumento;

6.4. Arcar com todo e qualquer encargo trabalhista e previdenciário e outros custos (fretes, taxas, impostos etc.) decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação.

6.5. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados quando da entrega do objeto licitado;

6.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas na licitação;

6.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

6.9. Atender as determinações e exigências formuladas pelo Contratante;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do

contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de LAJES/RN, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à

CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15. VALIDADE DA ATA.

15.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

16. REVISÃO E CANCELAMENTO.

16.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

16.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

16.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

16.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

16.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

15.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

15.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

16.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.7. O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:

15.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

16.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.9. O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

15.9.1 Por razão de interesse público; ou

15.9.2. A pedido do fornecedor.

17. DAS PENALIDADES.

17.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

17.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

17.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

18. CONDIÇÕES GERAIS.

18.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

18.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

18.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que,

depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Município de Lajes/RN, 03 de agosto de 2022.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal De Lajes/RN

Contratante

LILLYANE AMÁLIA FERREIRA DE MENESES CRUZ

Secretária Municipal de Saúde

Bandeirantes Lab Prod Farmaceuticos E Hospitalares LTDA - (LABAND)

CNPJ sob nº 70.027.479/0001-35

DENNIS DE PAIVA PESSOA

CPF nº 057.057.534-62 e RG nº 1741753 - ITEP/RN

Fornecedor registrado